



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL

ANDRÉIA MARIA COTRIM VIEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO HIP-HOP NO CONTEXTO POLÍTICO
BRASILEIRO**

Brasília-DF

2020

ANDREIA MARIA COTRIM VIEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO HIP-HOP NO CONTEXTO POLÍTICO
BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Ciência Política.

Orientador: Thiago Trindade

Parecerista: Carlos Machado

Brasília-DF

2020

Dedico o presente trabalho a toda juventude periférica que apesar de serem privados de muitos dos seus direitos, ainda enxergam no movimento Hip-Hop uma saída para contornar as adversidades que encontramos no nosso dia a dia.

E por fim à minha mãe que foi responsável sozinha por toda a minha criação sendo minha professora, companheira e amiga em todos os momentos que precisei até aqui!

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Maria que com muito amor, cuidado e afeto me ensinou a valorizar todos os momentos da minha vida, mesmo aqueles em que achamos que tudo está dando errado, afinal o maior presente de todos é o amadurecimento que tais circunstâncias proporcionam ao ser humano. A senhora sempre me desafiou a chegar no meu limite e por muito tempo eu pensava que isso era ruim, hoje enxergo, que tais atitudes me fortaleceram e foram primordiais para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional, muito obrigada!

Ao professor Thiago Trindade, que mesmo sem saber foi um dos responsáveis pela minha permanência no curso de Ciência Política, sem sombras de dúvidas foi mais do que paciente nesse processo de orientação, me acolheu, respeitou meus momentos ruins e não me abandonou no meio do caminho, serei eternamente grata pela oportunidade de ter trabalhado com um profissional tão competente como o senhor.

Não poderia deixar de agradecer ao coletivo organizador da Batalha da Escada, há 5 anos atrás quando entrei na Universidade, eu não conhecia nada nem ninguém, vinda de uma das periferias mais perigosas do país, bolsista e filha de mãe solteira, é possível compreender que o processo de adaptação não foi fácil, mas sem vocês teria sido bem mais complexo, na BDE eu sempre me senti em casa, afirmo sem dúvida alguma que os melhores momentos de lazer e diversão que vivenciei nessa instituição foram gerados pelo esforço de cada um de vocês que compõe o coletivo! MUITO OBRIGADA!

As minhas amigas Ana Vaz, Brenda Marcella, Vidda Guzza, João Victor, Luiz Gabriel, Pedro Victor, Priscila, Washington, Luiz e Lara, eu tive muita sorte de encontrá-las nessa jornada acadêmica e ter vivido diariamente experiências lindas na companhia de todas vocês gratidão e muito sucesso a todas.

Agradeço imensamente a oportunidade que a Strategos Consultoria Política Jr. me proporcionou no momento que decidi compor o Movimento Empresa Júnior, sai da minha zona de conforto, aprendi a ser líder, a trabalhar em grupo, a escutar o outro, tive contato com o mercado de trabalho e o mais importante conheci pessoas incríveis que irei levar no meu coração para sempre como é o caso da Elise Machado, Jamille Sarchis, Larissa Lima, Luísa Flores e Marcos Paulo Almeida.

A Isadora Gomes e Matheus Lopes, obrigada pela compreensão nos momentos que precisei me ausentar para escrever, obrigada pelo companheirismo, carinho e amizade, vocês acreditam em mim, mas do que eu mesma e isso me motiva a ser uma versão melhor minha diariamente, agora podemos sair kkkk.

Não posso deixar de agradecer ao meu primo João Lucas, mesmo não possuindo contato constante, nada muda, eu o admiro muito, tenho muito orgulho de você e de ser sua prima e fico muito feliz quando dizem que somos os primos mais nerds que nossos amigos em comum conhecem, afinal, quando eu crescer quero ser como você! Ao Hélio Santana, que surgiu em 2016 e desde então ficou na minha vida, me proporcionando alegrias, bebedeiras, horas de reclamações e me auxiliando com as tecnologias que obviamente não gostam de mim, Obrigada!

E por fim, mas não menos importante, muito pelo contrário, eu gostaria de agradecer a Gizelle e ao Yuit que sempre estiveram mais do que dispostos a facilitar a minha vida acadêmica, não quero nem pensar nos problemas que vocês me livraram ao longo desses 5 anos, vocês fazem todos os processos acontecerem, sem a ajuda de vocês eu nem teria entregado esse trabalho de conclusão de curso, grata!

*De onde eu vim, você também veio
Só que aqui, amigo, aqui é o Rio de Janeiro
A polícia sobe aqui pra matar, pra morrer
Pois quem mora por aqui não tem nada a perder*
- Black alien

RESUMO

Desde seus primórdios o Movimento Hip-Hop possui como principal característica a contestação das precariedades de um sistema etnocêntrico, branco, racista e elitista, contribuindo para criar oportunidades para a juventude. O presente trabalho tem como objetivo analisar o movimento sociocultural Hip-Hop como ator político através do conceito de repertórios de interação para compreender melhor os processos de organização, engajamento e participação política do movimento perante seus simpatizantes e a esfera política.

Palavras chaves: Hip-Hop; Participação; Repertórios de Interação; Juventude periférica

ABSTRACT

Since its beginnings, the Hip-Hop Movement has as its main characteristic the contestation of the precariousness of an ethnocentric, white, racist and elitist system, contributing to create opportunities for youth. This paper aims to analyze the hip-hop sociocultural movement as a political actor through the concept of interaction repertoires to better understand the processes of organization, engagement and political participation of the movement before its sympathizers and the political sphere.

Keywords: Hip-Hop; Participation; Interaction Repertoires; Peripheral youth

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO	12
3	O SURGIMENTO DO MOVIMENTO SOCIOCULTURAL HIP-HOP	16
3.1	O HIP-HOP CHEGA NO BRASIL	18
3.2	O CARATER TRANSFORMADOR DO MOVIMENTO.....	19
4	O HIP-HOP E A POLÍTICA.....	20
5	HIP-HOP E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE.....	21
6	CONCLUSÕES FINAIS.....	23
7	REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

A literatura participacionista produzida recentemente vem examinando as modificações que envolvem as experiências participativas. Os movimentos sociais, juntamente com as ONGs e outras associações foram inseridos como – novos – atores da sociedade civil, possibilitando assim, a ampliação da compreensão dos distintos segmentos da sociedade.

Os Movimentos Sociais que obtém apoio da sociedade possibilitaram a ampliação dos debates sobre questões com ampla relevância para a população – com intuito de driblar os interesses particularistas. Esses movimentos e/ou ações coletivas permitem identificar novos arranjos de participação e as questões psicossociais que estão atreladas no processo de formação de identidades individual ou coletivas.

É a partir do conceito de *repertórios de interação* de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) utilizado para descrever a multiplicidade de estratégias que os movimentos sociais podem recorrer para influenciar a política, que compreendo a relevância de analisar a inserção dos jovens periféricos na política ou em grupos empenhados em ações coletivas que cada vez mais ganha espaço nos estudos sobre participação política nas ciências sociais, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

Os movimentos sociais que foram ganhando força principalmente após o processo de redemocratização visam de modo geral criticar o padrão segregador da elite brasileira, a desigualdade social e espacial que permeia o país e sobretudo o racismo. Dentre esses movimentos o Hip-hop, fixou - se a priori em São Paulo num momento que havia muitos processos de transformação social que impactavam diretamente a juventude paulista, como descrito por Caldeira no trecho a seguir: “Nos anos 1990, quando o *Hip-Hop* se difundiu, a marca mais evidente dessa precariedade era o aumento da violência urbana que vitimiza sobretudo homens jovens vivendo nas periferias” (CALDEIRA, 2011, p.301).

Para desenvolver o presente trabalho, a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica que teve como base pesquisas bibliográficas nacionais nas temáticas de movimentos sociais e participação política.

Pretendo, através da revisão bibliográfica, compreender qual a dinâmica do movimento sociocultural Hip-Hop para com os seus adeptos e como essa performance se aplica aos atores externos, com foco para a política. No primeiro capítulo farei uma breve revisão bibliográfica a respeito do conceito de movimentos sociais e repertórios de interação que possibilita a

compreensão da multiplicidade de estratégias que os movimentos sociais podem recorrer para influenciar a política.

Posteriormente, irei recapitular os principais pontos a respeito do surgimento do movimento hip-hop, desde os seus primórdios lá na década de 1970 nos Estados Unidos até a sua disseminação e surgimento no Brasil na década de 80, levantando seu histórico e a importância do movimento para os jovens.

No último capítulo será analisado a formação do Hip-Hop brasileiro como ator político por meio do conceito de repertórios de interação e sua participação na elaboração e implementação de políticas públicas entre os anos de 2003 a 2016. De acordo com Botelho (2018) os acessos a essas informações são fundamentais para a compreensão e relevância da área sendo “necessário que cada vez mais estudantes abordem em suas pesquisas, as culturas e saberes populares até então marginalizados pelas elites sociais, visando assim um processo de construção de uma sociedade mais democrática e igualitária” (BOTELHO, 2018, p. 20).

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E OS REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO

Lavalle (2003) aponta que a concepção de “sociedade civil” no Brasil já permeia o debate na esfera política e nos estudos acadêmicos pelo menos desde o final da década de 1970, ganhando maior predominância na década posterior. Entretanto, o autor salienta que nos anos de 1990 a literatura se intensificou em consensos que assumiam a similaridade entre a ação social, a razão e a esquerda de confrontar o aparato estatal. Enfatizando os movimentos sociais sob a ótica de surgimento da – nova – sociedade civil, oriunda da abertura política gerada pela redemocratização no país pós ditadura militar (1964-1985).

Em 1980, o conhecimento sociológico deparou-se com a seguinte fragmentação: por um lado, a continuidade do marxismo e no outro extremo, as análises se concentram na problematização a respeito de termos adotados pela sociologia clássica do século XIX, objetivando a formulação de uma sociologia da decadência capaz de delinear uma definição do fenômeno da dissolução social. Os autores que concentram suas análises nos movimentos sociais se segmentam em dois eixos teóricos: as teorias voltadas para a mobilização de recursos e as teorias do marxismo estruturalista – movimentos sociais – sendo estas citadas por último com maior predominância na literatura latino-americana.

Lavalle denota que a partir do forte consenso acerca da função democratizadora das associações civis, as análises sociológicas da década de 1990 na América Latina emergiram em torno do metamorfismo na ação social posterior ao processo de abertura política, ponderados através de teorias normativas a respeito da - nova - sociedade civil. Devido à ausência de teorias sociológicas capazes de compreender as transformações políticas que se disseminaram pela América do Sul, as teorias da transição democrática foram adquirindo expressividade ao visar um detalhamento minucioso na relação entre a modernidade e a política.

Goss e Prudêncio (2004) abordam as ambiguidades que o termo movimento social engloba e buscam, através de uma análise cronológica, apontar aspectos que ajudam a compreender a dinâmica por trás desse conceito. As autoras apontam que até meados do século XX “o conceito de movimentos sociais contemplava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos” (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 75) e devido à crescente delimitação do campo de estudo por parte das Ciências Sociais a partir da década de 1960, as definições começaram a obter consistência teórica principalmente com a obra de Alain Touraine, que compreende os movimentos sociais como o próprio objeto de estudo da sociologia.

Entretanto, apesar do progresso na definição conceitual, ainda não há concordância entre os autores, muitos como é o caso do Alberto Melucci (1999, apud. Idem, p.80), questionam o conceito de movimentos sociais por compreendê-lo como reducionista e preferem a terminologia ações coletivas. Existem algumas questões que corroboram para essa imprecisão, de acordo com Goss e Prudêncio:

Em primeiro lugar, o conceito envolve uma problemática simetria entre empiria e teoria. Em outras palavras, ele surge nas lutas sociais e, posteriormente, é apropriado pelos pesquisadores que passaram a dedicar-se ao seu estudo. Um frequente engajamento político dos pesquisadores da área também ajuda a tornar a utilização do conceito bastante propositiva, ou seja, há muitas expectativas por parte de pesquisadores-militantes em relação ao poder de transformação dos movimentos, perdendo-se muitas vezes de vista a capacidade de avaliar a dimensão real de suas potencialidades. Este ponto se desdobra num segundo, que é a ideia de sociedade civil, lócus dos movimentos sociais, como reservatório de virtudes, o que implica uma sobrevalorização do potencial político dos atores sociais e a crença numa falsa independência em relação a partidos políticos e outras organizações. Isso leva a questionar até que ponto a teorização sobre os movimentos sociais descreve a prática dos atores e se é possível e desejável que a teoria assuma esse papel (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 76).

Posteriormente a década de 1970 as análises das ações coletivas a partir dos movimentos sociais ganham espaço devido ao esgotamento do conceito marxista de classe social. Goss e Prudêncio se apoiam na concepção de Laclau (1986) de que os teóricos marxistas debatiam a questão das classes partindo do pressuposto de que a categoria era suficiente para compreensão dos arranjos sociais, de modo que não havia a contestação do conceito de classes sociais, mas sim uma preocupação crescente em relação às mudanças históricas que esses agentes poderiam exercer. Esse tipo de observação centraliza o sujeito coletivo na estrutura do sistema capitalista como elemento principal para a compreensão dos conflitos sociais.

Alguns pesquisadores apontaram o surgimento de novos atores – autônomos – de um associativismo (cívico), que apoiados pela sociedade possibilitaram a ampliação de debates sobre questões com ampla relevância para a população – com intuito de driblar os interesses

particularistas – de modo a solicitar demandas na esfera pública. Sendo assim, a ação decorrente dos distintos atores da – nova – sociedade civil, desencadeou o renascimento das elocuições emancipatórias, que indicavam a democratização interna da democracia. Os movimentos sociais, juntamente com as ONGs e outras associações voltadas para intermediações e tematização de problemas públicos foram inseridos como – novos - atores da sociedade civil.

Telles (1987) denomina esse processo de introdução de diferentes arranjos nas análises, como o deslocamento de atenção da sociedade política para a sociedade civil, de: “a descoberta da sociedade como lugar na política” (TALLES, 1987, p. 62). É nesse momento que os autores deixam de analisar os sujeitos políticos apenas na relação classe-partido-Estado e passam a verificar a posição do sujeito dentro do sistema produtor.

Abers e Von Bülow (2011) salientam que no contexto brasileiro os movimentos sociais estão constantemente no seio do Estado, juntamente com a interação maciça com agentes públicos – salientando o compartilhamento de projetos políticos similares -, outro ponto expresso pelas autoras é o processo de criação dos movimentos determinantes que são frutos de acordos entre os indivíduos internos e externos ao Estado. Ou seja, esse fenômeno gera a necessidade de uma análise teórica a respeito da construção de vínculos colaborativos entre os movimentos sociais e o Estado. Outro ponto que merece ressalvas é o adentramento dos movimentos sociais no maquinário estatal a fim de obtenção de seus objetivos, para as autoras “os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas” (ABERS; VON BULOW, 2011, p. 65).

As autoras por meio de levantamento bibliográfico da literatura produzida no Brasil sobre movimentos sociais constataram que nas últimas duas décadas alguns pesquisadores se voltaram a questionar as fronteiras do campo de pesquisa, defendendo a substituição do conceito de “movimentos sociais” por “sociedade civil”, enquanto que outros especialistas se propuseram a deliberar a respeito da “política do conflito”. Para elas as análises sugerem uma necessidade de ampliar o debate para além do que é tradicionalmente compreendido por movimentos sociais, buscando analisar a dinâmica participativa de ativistas nas arenas decisórias de formulação e implementação de políticas públicas.

Abers, Serafim e Tatagiba (2014) afirmam que a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003, estava embutida de expectativas em relação a implementação de uma abrangente reforma democrática do Estado, expandindo para o âmbito nacional as *Instituições Participativas*¹ (IPs), sendo elas inovações implementadas pelo Partido

¹ Ver Leonardo Avritzer, “Instituições Participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil Democrático, Opinião Pública, 2008. O autor compreende as instituições

dos Trabalhadores (PT) em gestões municipais que contemplaram a projeção internacional do partido nos anos de 1990. A criação de novos conselhos nacionais de políticas públicas e a realização de mais de 70 conferências nacionais nas duas primeiras gestões do governo petista (2003-2010), deu a alusão de continuidade as inovações implementadas pelo partido nas gestões municipais, entretanto, o funcionamento e aprimoramento das IPs não está associado a um compromisso da Presidência com a participação, para as autoras tais avanços “resultaram menos da imposição de uma nova abordagem participativa do governo por parte da Secretária-geral da Presidência ou outros órgãos de coordenação do governo do que das dinâmicas políticas no interior de cada política pública” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 326).

A presença de militantes no interior de diversos ministérios possibilitou que movimentos sociais e atores estatais experimentasse novos padrões históricos de interação entre Estado-Sociedade, reinterpretando as rotinas de comunicação e negociação. Os dados recolhidos no levantamento bibliográfico possibilitaram a inferência de pelo menos dois novos padrões de intersecção entre o Estado e os movimentos sociais, sendo eles: i) o adentramento de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e o ii) surgimento de novos movimentos oriundos da interlocução entre os ativistas dentro e fora do aparato estatal. Abers e Von Bülow (2011), salientam que no Brasil houve formação de movimentos importantes como resultado de alianças entre agentes dentro e fora do aparato estatal, sendo necessário compreender além do processo de construção dos vínculos colaborativos dos movimentos sociais com o Estado, mas também “como às vezes movimentos sociais buscam alcançar seus objetivos trabalhando a partir de dentro do aparato estatal” (ABERS; VON BÜLOW, 2011 p. 78).

Os movimentos sociais brasileiros negociam regularmente com o Estado, entretanto, possuem uma particularidade, pois também investiram em atuações internas junto as instituições estatais, seja por meio de novos espaços participativos, ou assumindo cargos estratégicos no maquinário público, convertendo o próprio Estado numa arena de militância política. Devido a essa particularidade Abers, Serafim e Tatagiba (2014), salientam que o conceito de *repertoire of contention*² definido por Charles Tilly (1992) não é suficiente para

participativas como ambientes que proporcionam diferentes arranjos de incorporação dos cidadãos e associações da sociedade civil no processo de deliberação de políticas.

² Ver Charles Tilly, “*How to Detect, Describe, and Explain Repertoires of Contention*”. Mimeo, 1992. Tilly compreende repertórios como um conjunto infinito de rotinas que são aprendidas, partilhadas e efetivadas por meio do processo deliberativo de escolha. Para o autor os repertórios são criações culturais que se originam de lutas contínuas e das respostas dadas pelos atores a essas lutas, podendo ser construídos criativamente. Embora o conceito de “*repertoires of contention*” seja importante para a compreensão das ações dos movimentos sociais por meio da dimensão da estrutura com a agência, por outro lado é ineficiente para a compreensão dos movimentos sociais que optaram por uma atuação interna no Estado.

compreender a dinâmica de atuação dos movimentos sociais brasileiros perante ao estado. Desse modo, as autoras propõem a complementação do conceito através do conceito de repertórios de interação entre o Estado e a sociedade civil, a ampliação do conceito “permite incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 331).

Os repertórios de interação englobam diversas rotinas usadas pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil. As autoras verificaram pelo menos, quatro tipos de repertórios, sendo eles: I) protestos e ação direta, onde foram identificados dois tipos de rotinas de protestos e ação direta, a primeira são os protestos para abrir ou restabelecer negociações em governos que possuem baixa permeabilidade das demandas ensejadas pelos movimentos sociais, a outra rotina identificada foram os protestos como parte do ciclo de negociação, mais comum em ocasiões nas quais os atores do maquinário estatal e o movimento são aliados e defendem projetos políticos em comum; II) participação institucionalizada, por meio de arenas deliberativas formais caracterizadas por reuniões públicas e documentadas, com o propósito de influenciar o processo de tomada de decisão sobre determinadas políticas³; III) política de proximidade onde os militantes frequentemente avançam suas pautas e objetivos por meio de negociações diretas com os tomadores de decisão do Executivo quanto no Legislativo muitas das vezes por meio do *lobby* com autoridades dentro do sistema político; e a IV) ocupação de cargos na burocracia, quando atores da sociedade civil ocupam posições dentro do governo de forma estratégica com intuito de avançar seus objetivos.

3 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO SOCIOCULTURAL HIP-HOP

Durante a década de 1970 houve uma proliferação das condições do capitalismo para muitos países e com isso ampliaram as desigualdades econômicas e sociais, direcionando o foco para:

“à produção e reprodução e ampliação do capital; pouco importa as demais relações. Para evitar conflitos ou qualquer manifestação que não seja a esperada pela classe que detém o capital, elas lançam-se de artifícios para manipular e escamotear a vigência de suas ideias como as sendo naturais e inquestionáveis” (OLIVEIRA; SILVA, 2004, p. 63).

³ No Brasil as instituições participativas possuem três arranjos predominantes: o orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas e as conferências

O movimento Hip-Hop surge nesse período em meados da década de 1970 nos Estados Unidos está fortemente atrelado aos desdobramentos mais imediatos do capitalismo: o preconceito racial, miséria e desigualdade, cenário vivenciado por várias comunidades estadunidenses como no South Bronx, que para além dos problemas socioeconômicos, vivenciaram problemas políticos: como a construção de uma rodovia que gerou a desapropriação de mais de setenta mil residências. “No bairro do *Bronx*, concentravam-se os trabalhadores de classe média e baixa de origem judaica, italiana, alemã, além de irlandeses e negros, sendo que os mais atingidos pela política de “deslocação” foram os negros e os porto-riquenhos” (OLIVEIRA; SILVA, 2004, p. 63).

Esse período foi extremamente conturbado para a população de baixa renda com pouca qualificação profissional, que foram sendo substituídos pelo maquinário industrial, enquanto a elite branca possuía acesso a uma boa educação, o que resultou em altas taxas de desemprego entre os mais vulneráveis em sua maioria negros, agravando ainda mais a desigualdade social nos EUA. Foi nesse contexto e sob influência de produtores como Kool Herc, Grandmaster Flash e África Bambaata que nasceu o movimento Hip-Hop.

“O termo *Hip-Hop* foi estabelecido por volta de 1968 e é atribuída ao *DJ* de origem jamaicana Afrika Bambaataa, herdeiro cultural da tradição dos *griots* africanos, cujo canto falado havia sido introduzido na ilha caribenha durante o período de colonização e provocado o aparecimento do *toasting*. Bambaataa. A utilização das palavras *hip* e *hop*, em primeiro lugar, significaria uma referência consciente ao recurso mais frequentemente utilizado para a transmissão da literatura e da cultura nos guetos, valendo-se da tradição oral; em segundo lugar, uma ilustração do popular modo de dançar difundido entre os jovens de periferia da época, que consistia na exibição de uma variedade de saltos (*hip*) aliados a um balanço constante dos quadris (*hop*), sempre ao som de bases sonoras entremeadas ao discurso *toast*.” (ANDRADE, 1996; PIMENTEL, 1997; CARRIL, 2003 *Apud* ALVES, 2008, pág. 21)

O desemprego, a violência, as ausências de direitos acabavam introduzindo a juventude negra e periférica a entrar para os movimentos de gangues, o que ocasionou uma disputa por território em busca do poder que o tráfico gerava. O movimento encabeçado pelo DJ Afrika

Bambaataa nunca fechou os olhos para as problemáticas que permeava a vida na periferia, e é aqui que se compreende o verdadeiro papel do movimento, ou seja, o Hip-Hop tinha e ainda tem a capacidade de salvar vidas de jovens, afastá-los das guerras territoriais e direcioná-los para o âmbito artístico, através de seus 4 elementos, a música (*disc jockey*), a dança (*breakdance*), a poesia (*Rhythm And Poetry*), ou da pintura (grafite/pixo).

3.1 O HIP-HOP CHEGA NO BRASIL

O processo de urbanização em São Paulo como em outras metrópoles brasileiras, se consistiu “na expansão periférica e na autoconstrução, muitas vezes assentada em loteamentos irregulares ou até mesmo ilegais (grilados)” (CALDEIRA, 2011, p. 305). É nessas periferias que se concentram grandes conglomerados de pessoas onde surge a organização de inúmeros movimentos sociais que pressionam o governo a estender políticas públicas para as periferias. Esses movimentos sociais urbanos tiveram grande relevância no processo político de derrubada da ditadura civil-militar-empresarial que perdurou no Brasil de 1964 a 1988.

O movimento Hip-Hop chega no país como um ritmo musical ganhando expressividade em meados da década de 1980, nos conhecidos “*Bailes Blacks*” que ocorria nas periferias do estado de São Paulo. Entre a década de 80 e 90 o Hip-Hop começa a se consolidar na quebrada⁴, quando nomes como Racionais⁵, Planet Hemp⁶, Black Alien⁷, MV Bill⁸ e outros que iniciaram suas carreiras no setor musical, hoje “eles representam linguagens e estilos apropriados por grupos do mundo inteiro que são vítimas de discriminação e preconceito, para reelaborar suas identidades e expor as injustiças às quais são submetidos” (CALDEIRA, 2011, p. 303).

Os *Bailes Blacks* foram responsáveis pela disseminação do movimento pelo estado, e posteriormente na década de 90 houve uma expansão por todo o território nacional devido à proporção que o movimento sociocultural adquiriu. Desde seu surgimento no Brasil, o Hip-Hop surge como um movimento onde a comunidade periférica ocupa os espaços públicos que lhes foram restringidos, conforme foi se consolidando um novo padrão de segregação espacial

⁴Termo usado pelos jovens para se referir a comunidade onde vivem.

² Racionais MC’s. Primeiro disco: “Holocausto Urbano”, lançado em agosto de 1990.

³ Planet Hemp, Primeiro disco: “Usuário”, lançado em março de 1995.

⁷ Black Alien, Primeiro disco solo: “Babylon By Gus – 1: O ano do macaco” lançado em setembro de 2004. Black Alien iniciou sua trajetória no rap no grupo Speedfreaks, onde era conhecido como Bulletproof, em 1995 quando entrou para o grupo Planet Hemp adotou o nome de Black Alien.

⁸ MV Bill, Primeiro disco solo: “traficando informação” lançado em 1998. MV Bill iniciou sua trajetória na música em 1988 escrevendo sambas-enredo.

(Caldeira, 2011) esse novo padrão segregacionista tem como premissa impor separações, através do uso exorbitante de sistemas de segurança nos centros urbanos.

3.2 CARÁTER TRANSFORMADOR DO MOVIMENTO

Os integrantes da primeira geração do movimento Hip-Hop brasileiro em suma maioria jovens, filhos de imigrantes, negros e oriundos das periferias brasileiras, cresceram em uma conjuntura com pouca mobilidade social, altas taxas de desemprego, melhores condições de infraestrutura urbana⁹ acompanhada à alta da criminalidade, acesso à alguns direitos políticos e extermínio de seus direitos civis, com uma polícia focalizada para a política de extermínio de seu povo.

É a partir desse contexto que os membros do movimento transformaram as mais diversas favelas em um símbolo: “a periferia”¹⁰ com o projeto de usufruir do direito de liberdade de expressão e usar as palavras para alcançar os jovens que se identificam com essa realidade e tirá-los das ruas, do álcool, das drogas e principalmente do crime organizado, através da arte, da música e da dança.

O *rap* teve importante papel na difusão do Hip-Hop no país, pelo conteúdo das letras, que dão sentido à sua causa. O grupo Racionais MC’s é um dos pioneiros no movimento, eles se reconhecem como sobreviventes, pois conseguiram driblar o que seria seu destino imposto pelas estatísticas, ou pela alternativa comumente vivenciada pelos jovens: o fratricídio onde um mata o outro por acerto de contas. Com isso o grupo percebe que “*morrer é um fator... malandragem de verdade é viver*”¹¹, onde sua arma é a voz, denunciando toda a precariedade de vida dos jovens negros na periferia, o racismo e o genocídio em massa da população negra.

MV Bill em 1998 lançou a faixa *Soldado do Morro*¹² onde ele faz uma forte crítica ao país do carnaval que mais mata jovem preto na favela, e que mais perde crianças para o crime. Dois meses depois seu videoclipe foi censurado acusado de apologia ao crime por conter imagens de traficantes de dentro do morro com armas e uma cena com sangue escorrendo por uma escadaria. Por mais chocante que a letra da música e as cenas do videoclipe sejam elas retratam a realidade das estatísticas de violências contra crianças e jovens nas periferias brasileiras. O *rapper* é um dos fundadores da Central Única das Favelas – CUFA, organização

⁹ Compreende-se aqui que com o advento dos movimentos sociais nas periferias e suas reivindicações sociais frente a esfera política, aos houve uma expansão, mesmo que pequena de política públicas para melhorias nas periferias como instalação de água encanada e eletricidade ver Caldeira (2011).

¹⁰ Conceito usado por Caldeira

¹¹ Racionais MCs, Fórmula Mágica da Paz, 1997.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5dN3BdlYnTM>

brasileira reconhecida nacional e internacionalmente nos âmbitos político, social, esportivo e cultural do movimento Hip-Hop há 20 anos.

Presente em todo o Brasil a CUFA, se originou a partir da união entre jovens de várias favelas, principalmente negros, que ansiavam pela construção de espaços para expressarem seus sentimentos, suas dúvidas e questionamentos, promovendo alternativas de entretenimento para a juventude periférica com atividades nas áreas de educação, lazer, esportes, cultura, cidadania, grafite, DJ, break, rap, audiovisual, basquete de rua, literatura, além de projetos sociais com a comunidade. Além disso, promove, produz, distribui e veicula a cultura Hip-Hop através de publicações, discos, vídeos, programas de rádio, shows, concursos, festivais de música, cinema, oficinas de arte, exposições, debates, seminários e outros meios.

4 O HIP-HOP E A POLÍTICA

Para Maffioletti (2013) o movimento Hip-Hop aderiu à sua pauta a ampliação da participação política e econômica do movimento na esfera política, desse modo:

“Essa nova postura situam os sujeitos em articulação com bandeiras aglutinadoras de ação, agregando-se a outras redes de pessoas com o mesmo ideal, entendendo essa promoção das identidades promovidas nas ações e nas narrativas individuais como englobante num processo criativo de invenção e afirmação do sentimento de pertencimento a um grupo ou classe social no processo de participação política” (MAFFIOLETTI, 2013, p. 51).

A forma de fazer política adotada pelos protagonistas do movimento nas mais distintas esferas da vida social é constituída pela dinâmica de ampliação e manutenção das redes de relações, dessa forma, as redes se configuram como espaços de promoção de direitos como trabalho, cultura e participação política. Sousa (2003) compreende que a missão ideológica, social e ética do movimento aumenta cada dia mais seu campo de atuação, ampliando sua visibilidade junto a outros movimentos sociais no seio do Estado.

Através de manifestações artísticas e culturais o Hip-Hop surge, como o direito de voz, de diversão, comunicação por meio de músicas, sendo um instrumento catalisador de transformações. “Uma cultura urbana nascida às margens de uma sociedade excludente, mas

que persiste em suas lutas sociais e desperta a consciência cidadã de seus adeptos”¹³ e reivindicam por acesso a cidade, cidadania, participação entre muitos outros aspectos.

Camargo (2015), expressa que a política pode ser compreendida por um lado, no sentido estrito da palavra, como um campo ligado a participação e distribuição de poder dentro do maquinário público por grupos que almejam projeção nesses espaços. Por outro lado, “é possível conferir ao conceito um sentido amplo, no qual uma ampla quantidade de práticas é dimensionada como política, independente de elas se voltarem para o Estado ou serem concebidas, de forma consciente, como políticas” (CAMARGOS, 2015, p. 108).

Cabe ressaltar que o fazer político dos rappers em grande medida ocorre além da órbita institucional, entretanto, isso não significa que a política “tradicional” foi esquecida ou negligenciada por eles, pelo contrário, ao analisar o processo de implementação de políticas públicas para a juventude entre os anos de 2003 e 2016 é possível inferir que o movimento Hip-Hop tem atuado de forma correlacional na política das ruas e a política institucionalizada.

Em entrevista¹⁴ para o portal UOL Edi Rock afirma que o movimento Hip-Hop vai muito além de um movimento social, como expresso a seguir: “Ainda estamos no começo, mas na direção certa! O que o Rap tem hoje é o que foi feito ontem, construído, preso, morto e enterrado! O Rap não é mais apenas um movimento cultural, que um dia se sonhou... além de um gênero, é uma religião, um partido, uma organização, um negócio, uma empresa, uma máquina, vai além de cultura... O rap é o Hip-Hop e o Hip-Hop é um universo!

5 HIP-HOP E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

O Movimento Hip-Hop Organizado do Brasil, tem se inserido na estruturação de políticas públicas e discussões geradas em âmbito nacional com foco para a juventude desde a década de 1990. Oliveira e Silva (2004) destacam duas ações desenvolvidas em âmbito federal, sendo elas: o Programa Fome de Livro, em conjunto com o Ministério da Cultura e a participação do Movimento Hip-Hop Organizado do Brasil - MH20¹⁵ - na Comissão Especial destinada a estruturação de propostas de políticas para a juventude - CEJUVENT.

¹³ Andrea Mendes, Portal cultural de campinas, disponível em:

<https://portalcultura.campinas.sp.gov.br/noticias/movimento-hip-hop-tem-sua-historia-contada-exposicao-no-mis>

¹⁴ Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/alberto-pereira-jr-entrevista-o-rapper-edi-rock-no-primeiro-trace-de-2021-04020C9C376EE0C16326>

¹⁵ O **Movimento Hip Hop Organizado do Brasil - MH20** (1989-2006) foi uma das maiores organizações de hip hop do Brasil atuando em 14 estados e em cinco deles manteve intervenção econômica. Foi fundado em 1989 na

O Programa Fome de Livro - PLF foi apresentado pelo governo petista em 2003, após um levantamento feito pelo Ministério da Cultura em parceria com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, onde mais de mais de 1.000 municípios em quase todos os estados brasileiros não possuíam bibliotecas de acesso público. Devido a isso o governo lançou o programa com intuito de instalar 1.000 bibliotecas públicas pelos municípios do país até 2006. Foram criadas parcerias com empresas público e privadas para custear o material necessário para a distribuição, com o MH20 foi feita uma parceria para tornar o livro mais atrativo para os jovens periféricos, com campanhas voltadas para a quebrada¹⁶ como a campanha Fome de Livro na Quebrada, a esfera pública compreendeu naquele momento que o movimento Hip-hop possuía mais acesso a periferia do que o maquinário estatal.

Outra medida adotada pelo PFL era o estabelecimento da negociação dos papeis dos três níveis da federação - municipal, estadual e federal - para a cooperação do funcionamento do programa instituindo leis municipais e estaduais para a ampliação do acesso ao livro e ao fomento da leitura conforme [LEI Nº 10.753, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003](#)¹⁷, sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Comissão Especial destinada a estruturação de propostas de políticas para a juventude CEJUVENT, foi instalada em maio de 2004 para deliberar a respeito da [PEC 138/03](#)¹⁸, que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, transformada em [EMENDA CONSTITUCIONAL Nº65, DE 13 DE JULHO DE 2010](#), foram realizados alguns seminários em Brasília que contaram com a presença do MH20.

Desse modo, o grande avanço do movimento Hip-Hop brasileiro se dá na aproximação com os canais de tomada de decisão, de modo a possibilitar a inserção da realidade das periferias nos debates na esfera governamental, mesmo que não tenha obtido a devida visibilidade dentro do processo de tomada de decisão é importante ressaltar a importância da representação e ocupação desses espaços, outro aspecto interessante é o poder de mobilização e alcance que o Movimento Hip-Hop possui nas comunidades periféricas em detrimento do estado.

zona oeste de Fortaleza, capital do Ceará, estendendo-se rapidamente por toda cidade chegando ao interior do estado. Em poucos anos avançou pelo Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-oeste.

¹⁶ Forma como os moradores de periferia se refere a comunidade onde mora.

¹⁷ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10753-30-outubro-2003-497306-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=II%20DO%20LIVRO-.Art.,em%20qualquer%20formato%20e%20acabamento>. Último acesso:21/02/2021.

¹⁸ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=129219> Último acesso em: 21/02/2021.

5 CONCLUSÕES FINAIS

Este trabalho procurou compreender a formação do movimento sociocultural Hip-Hop brasileiro como ator político por meio do conceito de repertórios de interação e sua participação na elaboração e implementação de políticas públicas para a juventude entre os anos de 2003 a 2016. A literatura sobre movimentos sociais aponta para uma concentração de estudos voltados para a substituição do conceito de “movimentos sociais” por “sociedade civil”, ao mesmo tempo que outros especialistas se propuseram a deliberar a respeito da “política do conflito”.

Algumas análises sugerem ser necessária a ampliação dos debates para além do que é tradicionalmente entendido por movimentos sociais, visando análises mais completas sobre a dinâmica participativa de ativistas/militantes nas arenas decisórias de formulação e implementação de políticas públicas. Os movimentos sociais que possuem grande apoio da sociedade possibilitaram a ampliação de debates sobre questões cotidianas com ampla relevância para a população além de permitem identificar novos arranjos de participação.

Devido ao contexto brasileiro onde os movimentos sociais possuem uma interação maciça com agentes públicos o que ocasionou a necessidade de ampliação da análise teórica que focalizassem a construção desses vínculos colaborativos entre o Estado e os movimentos sociais (Abers; Von Bülow, 2011).

O primeiro mandato petista ocasionou uma expectativa em relação a implementação de uma reforma democrática do Estado brasileiro, com a expansão da implementação das IPs em todo o território nacional, entretanto, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) salientam que a ampliação dos mecanismos de participação não ocorreu devido a um compromisso da Presidência para com a participação, tais avanços na ampliação de canais participativos derivaram das dinâmicas políticas internas das políticas públicas. A presença de ativistas/militantes nos ministérios ocasionou os atores estatais experimentasse novos padrões históricos de interação Estado-Sociedade. O conceito de repertórios de interação surge da necessidade de compreensão da dinâmica dos movimentos sociais brasileiros frente ao estado.

O movimento sociocultural Hip-Hop originário na década de 70 nos EUA floresceu no Brasil na década de 1980 nas periferias de São Paulo. São nessas periferias onde se concentram grandes conglomerados de pessoas onde surge a organização de inúmeros movimentos sociais que pressionam o governo a estender políticas públicas para as periferias. Desde seu surgimento no Brasil, o movimento sociocultural surge como mecanismo de ocupação dos espaços públicos que são negados a comunidade periférica.

O Hip-Hop é um projeto que visa possibilitar que a periferia usufrua do seu direito de liberdade de expressão, utilizando-se das palavras para alcançar os jovens periféricos que se identificam com essa realidade. É por meio da arte que o movimento almeja possibilitar aos jovens uma alternativa a triste realidade que cerca as periferias brasileiras. O movimento atua politicamente diariamente nas favelas, tirando os jovens das ruas, do álcool, das drogas e principalmente do crime organizado, através da arte, da música e da dança.

É importante salientar que a forma de fazer política dos rappers em suma maioria ocorre além da órbita institucional, o que não significa que a política “tradicional” foi abandonada ou negligenciada por eles, pelo contrário, ao analisar o processo de implementação de políticas públicas para a juventude percebemos o caráter multifacetado do movimento sociocultural Hip-Hop.

O conceito de repertórios de interação permite enquadrar o movimento no repertório da política de proximidade, pois seus militantes atuaram diretamente junto ao Ministério da Cultura no Projeto Fome de Livro – PFL para a implementação de bibliotecas de acesso público nas periferias brasileiras. O movimento também participou dos debates da Comissão Especial destinada a estruturação de políticas para a juventude – CEJUVENT.

Deste modo, o movimento sociocultural Hip-Hop vem preservando suas posições ideológicas a partir da explicitação de seus valores e visões de mundo, que se unifica quando os ativistas/militantes se reconhecem como os excluídos dos processos participativos, dessa forma o movimento se auto intitula como a voz da periferia como forma de exteriorização de comportamentos políticos, o que ocasiona a inserção desses atores da sociedade civil para dentro da esfera política, articulando-se segundo alinhamentos éticos, sociais e ideológicos para atuar de forma direta nas agendas de interesse do movimento.

6 REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca and BULOW, Marisa Uon. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?**. Sociologias [online]. 2011, vol.13, n.28, pp.52-84.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- BOTELHO, Raphael Steigleder. **UnB, 18h, quarta-feira, 1000º: a batalha da escada como espaço de esperança na autonomia do direito à cidade**. 2018. 101 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- CALDEIRA, T. P. do R. **O rap e a cidade**. In: KOWARICK, L.; MARQUES, E. (Org.) **São Paulo: novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- CAMARGOS, Roberto. **Rap e política: percepções da vida social brasileira**. Boitempo editorial. 2015.
- FOCHI, M.A.B. **Hip-Hop brasileiro: Tribo urbana ou movimento social?** (2007). Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/07-Cultura-Hip-Hop.pdf>
- GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. **O conceito de movimentos sociais revisado**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, pp. 75-91.
- GURZA LAVALLE, Adrian. **Sem pena nem glória: o debate da sociedade civil nos anos 1990**. Novos Estudos. CEBRAP. São Paulo, v. 66, n. 66, p. 91-110, 2003.
- HB de Hollanda. **A política do Hip-Hop nas favelas brasileiras**, 2014
- MAFFIOLETTI, Cássio. A. **O movimento Hip-Hop e suas formas de fazer política em Porto Alegre**. 2013
- MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colégio de México, 1999.
- TELLES, Vera da Silva. **Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70**. In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. **As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído**. **Cadernos de Pesquisa**, nº 32, fev. 2003)

TRINDADE, T. A. **Os limites da democracia: A legitimidade do protesto no Brasil participativo**, 2018.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Entrevista do Edi Rock para a UOL: Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/alberto-pereira-jr-entrevista-o-rapper-edi-rock-no-primeiro-trace-de-2021-04020C9C376EE0C16326>